



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

<b>Processo nº</b>	13855.000333/98-06
<b>Recurso nº</b>	Especial do Procurador
<b>Acórdão nº</b>	<b>9303-007.472 – 3ª Turma</b>
<b>Sessão de</b>	16 de outubro de 2018
<b>Matéria</b>	63.681.9999 - COFINS - MULTA DE OFÍCIO - outros 63.687.9999 - COFINS - JUROS DE MORA - outros
<b>Recorrente</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	MAGAZINE LUIZA S/A

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

Período de apuração: 01/06/1993 a 31/10/1993

SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE. DEPÓSITO JUDICIAL.

Comprovada a existência de depósito judicial anterior à lavratura do auto de infração, exclui-se do lançamento os juros de mora e a multa de ofício até o montante garantido pelos depósitos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial e, no mérito, em negar-lhe provimento. Declarou-se impedida de participar do julgamento a conselheira Tatiana Midori Migiyama, substituída pela conselheira Semíramis de Oliveira Duro (suplente convocada).

*(assinado digitalmente)*

Rodrigo da Costa Pôssas - Presidente em exercício.

*(assinado digitalmente)*

Luiz Eduardo de Oliveira Santos - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Andrada Márcio Canuto Natal, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Demes Brito, Jorge Olmiro Lock Freire, Érika Costa Camargos Autran, Vanessa Marini Cecconello, Semíramis de Oliveira Duro (suplente convocada) e Rodrigo da Costa Pôssas (Presidente em exercício).

## Relatório

### Lançamento

Trata o presente processo de auto de infração, às e-fls. 03 a 11, lavrado para constituição de crédito tributário referente à tributação da Cofins, do período de junho a outubro de 1993, em valor originário de R\$ 574.489,76, que acrescido de juros de mora e de multa de ofício montou a R\$ 1.408.817,97.

A fiscalização informa, no termo de verificação fiscal, de fls. 10 a 11, que o contribuinte ingressou com Medida Cautelar, para discutir a contribuição e realizou depósitos judiciais. O lançamento se deu pelo fato de a fiscalização ter identificado falta de recolhimento, em face de o valor por ela entendido como devido, calculado de acordo com as bases de cálculo apuradas na escrituração contábil da fiscalizada, ser inferior ao montante depositado judicialmente.

A ciência do auto de infração se deu em 30/06/1998, conforme termo de e-fl. 30.

### Impugnação e Decisão de Primeira Instância

Irresignada, em 30/07/1998, a contribuinte apresentou impugnação, às e-fls. 31 e seguintes, requerendo o cancelamento do lançamento ou, subsidiariamente, o cancelamento da multa e dos juros ou, ainda subsidiariamente, a redução dos juros.

Na impugnação alega, a título de contextualização que:

- nos meses de junho a outubro de 1993, realizou compensação de valores devidos a título de Cofins, com recolhimentos que entendeu indevidos, de Finsocial, por imposição de alíquotas superiores a 0,5%;

- a fiscalização entendeu indevida a compensação, com base no art. 4º da Instrução Normativa RF nº 67, de 1992, por não se tratar de tributos de mesmo código;

- tem decisão judicial, com trânsito em julgado, autorizando a compensação do Finsocial recolhido à alíquota superior a 0,5% com Cofins e CSLL;

- ainda assim, sobreveio auto de infração para exigência da Cofins.

Preliminarmente pede o cancelamento da multa e dos juros ou, subsidiariamente sua redução e, no mérito, pede o reconhecimento da extinção do crédito lançado, por decisão judicial passada em julgado e pela compensação realizada; e

A 4ª Turma da DRJ em Ribeirão Preto, apreciou a impugnação em 27/10/2004, e no acórdão nº 6.457, às e-fls. 715 e seguintes, não conheceu da impugnação, entendendo ter havido desistência do sujeito passivo, pelo apresentação, posterior ao lançamento, de pedido de compensação (processo nº 13855.001197/99-16) do débito em litígio no presente processo.

### Recurso Voluntário

Tendo sido cientificado, em 25/11/2004, da decisão em primeira instância, o contribuinte, ainda inconformado, interpôs recurso voluntário, às e-fls. 723 a 735, em 24/12/2004, requerendo o cancelamento da autuação. Os argumentos do recurso voluntário, em resumo, são os seguintes.

Preliminarmente, alega que a decisão de primeira instância seria nula, por preterição de seu direito de defesa e pede a revisão de ofício do erro de julgamento que entende ter ocorrido;

No mérito, alega que:

- (a) não estaria demonstrada, nos autos, a base de cálculo utilizada para o lançamento;
- (b) os débitos confessados em DCTF já eram objeto de cobrança e não poderiam ser novamente lançados com multa de ofício;
- (c) inexigibilidade de multa e juros, por existência de depósitos judiciais;
- (d) direito de compensação do Finsocial com Cofins, independentemente de requerimento.

### **Decisão de Segunda Instância**

A Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes apreciou o recurso na sessão de 17/05/2005, resultando no acórdão de nº 204-00.118, às e-fls. 765 a 769 e seguintes, o qual teve a seguinte ementa:

***COFINS. QUESTÃO PROCESSUAL. DECISÃO A QUO ANULADA.***

*Se a decisão no processo de auto de infração depende da análise do processo em que se postula a homologação de compensação, deve o órgão julgador da impugnação ao auto de infração levar em consideração os termos daquela, mormente quando ela própria criou, seis anos antes de sua decisão, o próprio incidente.*

*Recurso voluntário provido para anular a decisão a quo, devendo outra ser proferida analisando o incidente por ela criado.*

### **Novo Julgamento de Primeira Instância**

A 4ª Turma da DRJ em Ribeirão Preto, apreciou novamente a impugnação em 13/01/2006, e no acórdão nº 10.420, às e-fls. 783 a 788, negou provimento à impugnação, sob os seguintes fundamentos:

- entendeu que não tinha havido compensação até o lançamento e, assim, o pedido de compensação posterior não prejudicaria o auto de infração;

- delimitou o litígio à multa de ofício lançada, por não ter sido objeto de compensação;
- manteve o lançamento da multa de ofício.

### **Novo Recurso Voluntário**

Intimada (e-fl. 792) do acórdão nº 10.420 em 14/02/2006 (e-fl. 794), a autuada manejou novo recurso voluntário em 09/03/2006, às e-fls. 796 a 811. Inicialmente, a contribuinte alega que a nova decisão de primeira instância contrariou a determinação do Conselho de Contribuintes, para consideração, no lançamento, do montante depositado judicialmente e convertido em renda. Em seguida, alega, também, que seria incabível a exigência de multa de ofício sobre valores declarados em DCTF e com suspensão de exigibilidade.

### **Nova Decisão de Segunda Instância**

A Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes apreciou o recurso na sessão de 27/03/2007, resultando no acórdão de nº 204.02.272, às e-fls. 823 a 826, o qual teve a seguinte ementa:

*COFINS. LANÇAMENTO IMPROCEDENTE.*

*Descabe lançamento de ofício em relação a valores declarados em DCTF. O lançamento da parte depositada judicialmente a menor, conforme reconhecido pelo órgão local da SRF, estaria quitado pelo saldo remanescente de indébitos de Finsocial, judicialmente reconhecido.*

*Recurso voluntário provido.*

O acórdão teve a seguinte redação:

*ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso. Fez sustentação oral pela Recorrente o Dr. Gustavo Minatel.*

Na decisão **entendeu-se nulo o lançamento** de débitos declarados em DCTF.

### **Embargos de declaração da Fazenda Nacional**

O acórdão nº 204-02.272 foi encaminhado à Procuradoria da Fazenda Nacional em 30/05/2007 (e-fl. 829), a qual manejou embargos de declaração, em 21/06/2007, às e-fls. 830 a 834. Afirmou que no acórdão existiriam contradições em relações a dois pontos:

- a ementa e o voto condutor referem-se a débitos declarados em DCTF e não há prova, nos autos, da existência de DCTF;
- afirmações em sentido oposto entre o acórdão embargado e despacho decisório, anterior.

Os embargos foram analisados pelo então Presidente da 4ª Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, em 01/08/2007, no despacho de e-fls. 838 e 839, que não vislumbrou as contradições alegadas e o rejeitou liminarmente.

## Primeiro Recurso Especial da Fazenda Nacional

Intimada, em 27/11/2007 (e-fl. 840) a Fazenda Nacional interpôs recurso especial de divergência, às e-fls. 841 a 849, requerendo a manutenção do lançamento. A Fazenda Nacional pede a reforma da decisão em recurso voluntário, com base em divergência quanto a quatro matérias, porém o Presidente da Câmara, no despacho em Exame de Admissibilidade do recurso especial, às e-fls. 892 a 894, em 27/04/2009, deu seguimento ao recurso em relação às duas das matérias aventadas:

- possibilidade de lançamento de valores anteriormente declarados pelo contribuinte em DIRPJ e não DCTF, pois apenas esta consiste em confissão de dívida; e
- compensação como matéria de defesa.

## Contrarrazões da contribuinte

Cientificada do acórdão recorrido, do recurso especial de divergência da Fazenda e do despacho de admissibilidade de e-fls. 892 a 894, em 06/08/2009 (e-fl. 897), a contribuinte veio a apresentar contrarrazões, às e-fls. 898 a 909, em 20/08/2009, requerendo o não conhecimento e, subsidiariamente, o desprovimento do recurso.

## Decisão da CSRF

Esta 3<sup>a</sup> Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais - Câmara Superior de Recursos Fiscais - CSRF, em 26/10/2010, no acórdão de nº 9303-01.197, às e-fls. 922 a 930, acordou pelo conhecimento do recurso especial de divergência da Fazenda, e deu-lhe provimento par afastar a nulidade do auto de infração declarado na decisão então recorrida, determinando o retorno dos autos ao colegiado *a quo* para análise das demais questões postas no recurso voluntário.

## Nova decisão de segunda instância

Em vista da necessidade de novo julgamento, a 3<sup>a</sup> Turma Ordinária da 4<sup>a</sup> Câmara da Terceira Seção de Julgamento, resolveu converter o julgamento em diligência, de acordo com o disposto na Resolução nº 3403-000.380, às e-fls. 933 a 940 (também reproduzida às e-fls. 994 a 1001), exarada em 26/09/2012. Tal diligência visava a que:

- 1) *sejam anexados ao e-processo os arquivos PDF com a imagem do processo de compensação nº 13855.001197/99-16, a fim de que este Colegiado tenha acesso ao seu conteúdo integral. Este colegiado precisa conhecer a íntegra desse processo, para saber o que o contribuinte pretendeu compensar e sobre o alcance do despacho decisório;*
- 2) *sejam anexadas aos autos as cópias das DCTF onde foram declarados os débitos que originaram a intimação 13855/FCA-247194, de 17/10/94 (fls. 98/101). Na hipótese de inexistência das DCTF ou dos débitos não terem sido declarados, solicita-se A autoridade administrativa que informe a origem dos valores consignados na referida intimação;*
- 3) *seja o contribuinte intimado a comprovar o reconhecimento contábil da compensação de FINSOCIAL com a COFINS, que*

teria sido efetuada nos meses de 06/93 a 10/93, com base na decisão judicial transitada em julgado no mandado de segurança nº 93.0305602-7. A comprovação deverá ser feita por meio da apresentação de cópias dos livros diário e razão com os lançamentos contábeis referentes à compensação referida. As cópias dos livros deverão vir acompanhadas dos respectivos termos de abertura e de encerramento, de uma cópia do plano de contas vigente A época e de uma explicação escrita do contribuinte sobre como foi feita a contabilização, ou seja, o nome das contas debitadas e creditadas, as datas dos lançamentos e as páginas do livro em que podem ser verificados. Todas as cópias deverão ser legíveis;

4) seja o contribuinte intimado a apresentar certidão de objeto-e-pé relativa A. ação cautelar nº 95.0300475-6, que indique a situação do valor depositado (se ainda está depositado, se foi levantado, ou se foi convertido em renda);

5) seja o contribuinte intimado a apresentar certidão de objeto-e-pé relativa A. ação ordinária nº 95.0301017-9, que, segundo a impugnação, teria sido ajuizada para desconstituir a exigência contida na intimação 13855/FCA-247/94, de 17/10/94, da antiga Agencia da Receita Federal em Franca-SP.

Atendida a diligência pela DRF de origem, conforme informação à e-fl. 993, a 3ª Turma Ordinária da 4ª Câmara tornou a apreciar o recurso voluntário à luz dessas informações, resultando no acórdão de nº 3403-002.961, da sessão de 27/05/2014, às e-fls. 1002 a 1012.

O acórdão teve as seguintes ementas:

**RECURSOS. DESISTÊNCIA TÁCITA. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO.**

*A extinção sem ressalva do débito, por qualquer de suas modalidades, importa a desistência tácita do recurso em relação à parcela do débito extinta.*

**SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE. DEPÓSITO JUDICIAL.**

*Comprovada a existência de depósito judicial anterior à lavratura do auto de infração, exclui-se do lançamento os juros de mora e a multa de ofício até o montante garantido pelos depósitos.*

**COMPENSAÇÃO. FINSOCIAL COM COFINS. CONVALIDAÇÃO.**

*A convalidação das compensações entre o FINSOCIAL e a COFINS por meio da IN 32/97 só alcança as compensações comprovadamente efetuadas no âmbito do lançamento por homologação. Não tendo o contribuinte apresentado os livros demonstrando o reconhecimento contábil da compensação, não há o que convalidar.*

O acórdão teve a seguinte redação:

*Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso em relação à parcela do débito*

---

*extinta por compensação e, na parte conhecida, em dar provimento parcial para excluir os consectários do lançamento de ofício em relação ao crédito tributário coberto por depósitos judiciais.*

### **Segundo recurso especial da Fazenda**

Cientificada do acórdão nº 3403-002.961 em 12/08/2014 (e-fl. 1014), a Procuradoria da Fazenda Nacional, em 12/09/2014, interpôs novo recurso especial de divergência às e-fls. 1015 a 1022.

O Procurador indica a existência de divergência no tocante à exigência de multa e juros de mora para valores depositados em juízo.

Indica como paradigmas, os acórdãos nº 203-12.362 e nº 01-05.148, que demonstram o entendimento de que, em caso de depósito judicial não integral, é cabível a incidência de multa e juros de mora sobre a totalidade do valor lançado, eis que não há suspensão da exigibilidade do crédito, o que contraria o recorrido, o qual excluiu a incidência de multa e juros de mora sobre a parcela do crédito tributário depositado em juízo, não obstante seja incontroversa nos autos a insuficiência desse depósito para a garantia da integralidade dos créditos tributário exigidos.

O Presidente da 4ª Câmara da Terceira Seção de Julgamento do CARF, apreciou o recurso especial de divergência da Fazenda em 04/04/2015, no despacho de e-fls. 1024 a 1027, dando seguimento ao recurso.

### **Contrarrazões da contribuinte**

Cientificada do acórdão nº 3403-002.961, do recurso especial da Fazenda Nacional, de e-fls. 1015 a 1022, e do despacho de sua admissibilidade em 06/10/2015 (e-fl. 1034), o sujeito passivo apresentou contrarrazões, às e-fls. 1036 a 1048, em 21/10/2015.

Argumenta que o recurso especial do Procurador não deva ser conhecido, pois os paradigmas tratam de situação fática distinta daquela que deu origem ao recorrido. O paradigma de nº 203-12.362 tratava de depósito em processo de mandado de segurança cuja liminar fora cassada e com mérito julgado improcedente. Já o paradigma de nº 01-05.148 tratava de depósito judicial em valor insuficiente para quitar o débito objeto do litígio judicial. No presente processo, estar-se-ia tratando de depósitos integrais, inclusive com adição de juros e multa exigidos na intimação fiscal que motivou o ingresso em juízo, com valores apurados e constituídos pelo próprio Fisco.

Caso haja o conhecimento do recurso especial, argumenta que somente parte do valor lançado não se encontraria com exigência suspensa, em face do depósito vinculado à ação judicial, devendo ser cobrado apenas o valor que a ele exceda.

Conclui solicitando que não seja conhecido do recurso especial de divergência da Fazenda e, caso contrário, que seja desprovido.

É o relatório.

### **Voto**

Conselheiro Luiz Eduardo de Oliveira Santos - Relator

### Conhecimento

O recurso especial de divergência da Fazenda é tempestivo.

A contribuinte em contrarrazões, afirma que inexistia similaridade fática entre os paradigmas e o acórdão *a quo*.

No processo em litígio, existiu depósito integral de valores exigidos pelo fisco no processo judicial 92.0304579-1 da 2ª Vara Federal em Ribeirão Preto, convertido em renda em 03/11/1994. A verificação das bases de cálculo das declarações do IRPJ que levaram aos depósitos pelo Fisco concluiu pela insuficiência daquele depósito, com intimação ao contribuinte para recolhimento das diferenças em 17/10/1994. A contribuinte ingressou com nova Medida Cautelar, no processo nº 95.03004575-6, na mesma Vara Federal, efetuando novo depósito, visando a atender tal exigência. Após verificação dos livros contábeis da contribuinte, a fiscalização concluiu que o depósito complementar realizado era ainda insuficiente, levando à lavratura do auto de infração cientificado à contribuinte em 30/06/1998, no qual foram imputados os valores dos depósitos convertidos em renda para União apenas, mas não o último depósito, vinculado ao processo nº 95.03004575-6.

Assim, conclui-se que houve lançamento de valores pela ausência do depósito integral das contribuições, tendo por base os valores obtidos a partir dos livros contábeis da contribuinte.

A querelante contesta a admissão do recurso especial de divergência do Procurador afirmando que os paradigmas não teriam situação fática similar à do acórdão recorrido seja pela cassação da liminar (acórdão nº 203-12.362) seja pela ausência de depósito integral (acórdão nº 01-05.148).

Compulsando os paradigmas, observa-se que em nenhum dos dois houve o depósito no montante integral dos débitos para com o fisco:

a) no acórdão nº 203-12.362, foi transcrita como razão de decidir em seu voto condutor trecho da decisão de piso da DRJ que informava:

*Pois bem, conforme informado pelo auditor fiscal, a Impugnante efetuou depósitos judiciais relativos aos valores devidos (...). E tais depósitos, realizados após o vencimento, foram efetuados sem a inclusão da correspondente multa- de mora, (...). Portanto, tais depósitos não correspondem ao montante integral exigido pela lei.*

b) no acórdão nº 01-05.148, se encontra as seguintes informações:

*A questão a ser solucionada cinge-se a exigência de multa de ofício e juros de mora em auto de infração na hipótese de o sujeito passivo ter efetuado depósito judicial em valor insuficiente para quitar o débito objeto da discussão judicial. O.*

O auto de infração considerou a existência de diferenças entre os depósitos e os valores efetivamente devidos, não cobrindo integralmente os débitos em discussão judicial, e o acórdão recorrido decidiu expressamente sobre a desistência tácita quanto ao litígio sobre essa matéria em face do pedido de compensação admitido no processo nº 13855.001197/9916.

Inexistindo depósito integral no caso em apreço, há similitude entre as situações fáticas dos paradigmas e do acórdão *a quo* e por isso voto por conhecer do recurso especial de divergência da Fazenda.

### **Mérito**

Na análise do mérito, há que se delimitar a matéria em litígio: pleito pela manutenção do lançamento da multa de ofício e dos juros de mora, afastados pelo acórdão vergastado apenas em relação à parcela do crédito tributário coberta pelos depósitos judiciais. Nesse sentido, afirmou também o relator do acórdão recorrido:

*A extinção dos débitos de fl. 26 por compensação fez com que restasse em discussão apenas o débito depositado em juízo, que já havia sido exigido por meio da intimação 13855/FCA247/ 94.*

Os débitos de fl. 26, são agora da e-fl.28, e representam a apuração que considera a existência do depósito realizado após a intimação acima referida.

Admitida a existência dos depósitos previamente à autuação fiscal, me parece irrefrechável posicionamento do relator do acórdão *a quo*, mormente quando afirma:

*No que concerne à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, verifica-se que o contribuinte está com a razão. A certidão de objeto e pé de fl. 2824, referente à medida cautelar de depósito nº 95.0300475-6 revela que o crédito tributário estava com sua exigibilidade suspensa antes da lavratura do auto de infração.*

*A medida cautelar foi proposta em 18/01/1995 e o depósito de fl. 20 [e-fl. 22] foi efetuado em 19/01/1995, enquanto que o auto de infração foi notificado ao contribuinte três anos depois, em 30/06/1998.*

*Portanto, tratando-se de depósito integral que ainda permanece à disposição do juízo, conforme atesta a certidão de fl. 2824, deve ser excluída a exigência dos juros de mora e da multa de ofício sobre os valores depositados e mantida a suspensão da exigibilidade do crédito tributário até que sobrevenha a conversão em renda da União, pois segundo o teor da certidão de objeto e pé relativa à ação ordinária 95.03010179 (fls 2825/2826), houve sucumbência da recorrente.*

Dessarte, entendo que se deva manter a decisão recorrida também nessa matéria.

### **CONCLUSÃO**

Pelo exposto, voto por conhecer do recurso especial de divergência da Procuradoria da Fazenda Nacional para negar-lhe provimento, mantendo a decisão *a quo*.

*(assinado digitalmente)*

Luiz Eduardo de Oliveira Santos

